



CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 – Os valores repassados, conforme o cronograma de desembolso deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na Agência nº 0171-6, no Banco do Brasil, na Conta Corrente nº 47.496-7, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

6.2 – O valor per capita mensal, considerando o número de vagas, é no valor de R\$ 461,24 (Novecentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos) por vaga.

6.3 – O valor máximo estimado para esta parceria pela Administração, pelo período de 09 (nove) meses, considerando o total de 20 (vinte) vagas é de **R\$ 83.023,20 (Oitenta e três mil, vinte e três reais e vinte centavos).**

6.4 – O valor mensal a ser repassado à PROPONENTE é de o valor de R\$ 9.224,80 (Dezoito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

6.5 – Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

a) em caderneta de poupança da instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

6.6 – Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos; exceto aqueles que comprovadamente demonstrem impossibilidade física de pagamento por meio eletrônico, excepcionalidade prevista no §2º do art. 53 da Lei nº 13.019/2014.

6.7 – Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.5 poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

6.8 – A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

6.9 – A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos de Colaboração, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS